



# Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1981

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Eron-dy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LÁZARO SANT'ANA, ocorrido na Cidade de Piçarras, Estado de Santa Catarina.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

Lázaro Sant'Ana, funcionário público estadual que pertenceu ao quadro do antigo Departamento de Fronteiras, do antigo Departamento de Geografia, Terras e Colonização quando foi então colocado à disposição do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, GETSOP, órgão misto subordinado à Presidência da República, onde prestou seus serviços por 12 anos.

Seu espírito de pioneiro já o havia feito o primeiro cidadão a entrar na Cidade de Clevelândia ainda na década de 1920, com um veículo movido a motor.

Deixa viúva e filhos que, com toda a certeza, mesmo na dor da ausência, poderão se orgulhar do funcionário exemplar, do amigo leal e principalmente do pai honrado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO LUIZ BUSATO, ocorrido no dia 26 de julho de 1981, na Cidade de Francisco Beltrão - Pr.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

(a) DENI SCHWARTZ.

Apoioamento: Túlio Zanchet.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. JOÃO LUIZ BUSATO, era pioneiro de Francisco Beltrão, residindo naquela cidade a mais de 30 anos, onde constituiu família exemplar.

Faleceu aos 70 anos de idade, deixando viúva a Senhora Clementina Girardelo Busato, além de 8 filhos, 22 netos e 3 bisnetos.

Francisco Beltrão, hoje em avançado progresso, muito lhe deve pela sua dedicação, principalmente em tempos de pioneirismo, quando as dificuldades da região exigiam o esforço e a coragem de bravos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta Capital, do Sr. AVELINO BASSEGGIO.

O extinto era comerciante, pai de família exemplar e membro de tradicional família de Mariópolis, pai do Prefeito RIQUELMO BASSEGGIO do Município de MARIÓPOLIS e seu desaparecimento é lamentado pelos familiares e por toda a população de Mariópolis, onde o mesmo gozava de grande admiração.

Requer-se, ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de sua esposa e de seu filho Riquelmo Basseggio, Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Cezario, ocorrido na Cidade de Terra Boa, neste Estado, dia 04 de agosto de 1981.

Outrossim, requer, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) DARCY DEITOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo passamento de JOSÉ RABELLO, ocorrido na cidade de SANTA ISABEL DO IVAÍ.

Que se dê ciência à família enlutada, através da Câmara de Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

É mister que este Poder se associe às manifestações de pesar pelo povo isabelense pelo desaparecimento de JOSÉ RABELLO, ocorrido aos trinta dias de julho p.p..

Era um de seus mais antigos habitantes e durante sua existência esmerou-se em conquistar e preservar um vasto círculo de amizades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, voto de profundo pesar, pelo falecimento de LAÉRCIO APARECIDO RIBEIRO, ocorrido na cidade de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO. Que se dê ciência à família enlutada, através da Câmara de Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A consolidação do desbravamento do Noroeste paranaense, notadamente da cidade de Santa Cruz do Monte Castelo teve, na figura simpática e prestativa de Laércio Aparecido Ribeiro, um de seus alicerces. Seu desaparecimento a 24 de julho p.p., entristeceu toda cidade e ao seu sepultamento acorreram moradores de toda circunvizinhança. O comércio local desceu suas portas, demonstrando respeito à sua partida. É parte da história monte-castelense, pois, humilde mecânico que era, poderia ter sido seu segundo Prefeito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratulações pelo transcurso, hoje, do "Dia do Carteiro" — elemento incansável e de grande importância na comunicação hodierna, com o desejo de que este dia seja repleto de satisfações como estímulo para prosseguir a importante tarefa proposta para assegurar à sociedade uma comunicação mais rápida e eficiente.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão à Superintendência Regional da Empresa Brasileira do Departamento de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado de Recursos Humanos, Planejamento e Finanças, a elaboração dos estudos necessários para a concessão do 13.º salário aos funcionários públicos do Estado a vigorar já no próximo exer-

cício de 1981.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

O pagamento do 13.º salário aos funcionários públicos do Paraná é uma antiga aspiração da classe, cuja medida vem sendo pleiteada constantemente tanto através de solicitações dos Senhores Deputados, como também pela Associação que a longos anos vem incansavelmente batalhando com o objetivo de ver de uma vez por todas sanada uma das maiores injustiças para com a classe.

Nada mais oportuno, que por ocasião dos estudos que estão sendo realizados para a elaboração orçamentária do Estado do Paraná, para 1982, consigne-se naquela Lei de Meios os recursos necessários ao atendimento desta antiga reivindicação daqueles que com seu trabalho e dedicação constituem-se nos propulsores da máquina administrativa estadual.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, solicita que o requerimento aprovado na Sessão de 30 de junho de 1981, referente a seguinte SÚMULA:

"REQUER SEJA DESTINADA A PARTE DO EXPEDIENTE DA SESSÃO PARA UMA HOMENAGEM AO ALMI-  
RANTE DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA, NO CENTE-  
NÁRIO DE SEU ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO".

REQUER, que seja transferido para o dia 25 de agosto de 1981, às 14 horas, ao invés do dia 11 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) RENATO BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, que o Seminário Paranaense do Desenvolvimento, que será realizado de 26 a 28 deste mês, no prédio deste Legislativo e promovido por esta Casa, tenha a denominação de "THOMAZ EDISON DE ANDRADE VIEIRA", como homenagem póstuma a um paranaense que muito deu de si para o desenvolvimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER o envio de expediente, consubstanciado em veemente apelo, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Oscar Alves, no sentido de viabilizar a criação de "Mini-Postos" de Saúde, nas localidades de Pontal do Sul e Ilha do Mel, Município de Paranaguá, objetivando atendimento médico às pessoas carentes das ilhas próximas.

Nossa sugestão encontra ampla justificativa, considerando-se que a população daquelas localidades é constituída em sua grande maioria por pescadores e pequenos agricultores, portanto de recursos bastante limitados e que quando necessitam locomover-se para o Centro de Saúde de Paranaguá, utilizam-se evidentemente de transporte marítimo, que além das dificuldades normais torna-se oneroso.

Conhecedores que somos da região e de seus problemas, cremos que a concretização da medida que ora reivindicamos viria beneficiar sobremaneira os moradores das mencionadas ilhas, os quais muitas vezes são privados de assistência médica

por absoluta falta de recursos e pelas dificuldades acima apontadas.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) NELSON BUFFARA

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 76/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORONEL VÍVIDA”, com sede e foro na cidade de Coronel Vívda.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Coronel Vívda, principalmente no campo da assistência social e filantropia.

O relatório das suas atividades que anexamos ao presente comprovam o âmbito de trabalho desenvolvido junto à sociedade de Coronel Vívda.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que por certo merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa, já que todos os requisitos legais, são pela entidade preenchidos, conforme a documentação que segue com a proposição.

##### PROJETO DE LEI N.º 77/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado “Ano da Defesa Ambiental do Paraná”, o ano de 1982.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Através de correspondência epistolar, o ilustre Deputado da Assembléia Legislativa de Goiás encaminha cópia do projeto, convertido em lei, que institui o ano de 1982 como “Ano da Defesa Ambiental do Estado de Goiás”, ao mesmo tempo em que solicita a apresentação de medida idêntica em nosso Estado.

Dada a alta finalidade do trabalho que o ilustre colega desenvolve agora em nível nacional e porque entendo da maior importância a instituição de um ano dedicado à reflexão e conscientização da necessidade de preservar o meio-ambiente, não vacilei em submeter, a alta consideração da Casa, este projeto de lei.

Para melhor ilustrar o sentido dessa campanha, faço seguir junto a este uma cópia da propositura acolhida pela augusta Assembléia Legislativa de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, um requerimento em que solicitamos a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, no seguinte teor: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Milton Camargo Amorim.

Outrossim, requer que, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência aos familiares de quem, nesta oportunidade, receba nossa homenagem póstuma.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS

#### JUSTIFICATIVA:

Milton Camargo Amorim desaparece aos 59 anos de idade, em plena atividade de suas funções como diretor da Associação dos Servidores Públicos do Paraná e como assessor de nosso gabinete. Desaparece no pleno vigor de sua criatividade, depois de uma vivência das mais profluas, seja como Delegado Regional do Trabalho, seja como líder sindical, seja como radialista ou no exercício de suas funções como funcionário público do Estado, principalmente no Governo do saudoso Pedro Viriato Parigot de Souza. Casado com dona Ema Amorim, deixou, também, três filhos e, certamente, pai exemplar e amigo que foi, seu desaparecimento deixa uma lacuna muito grande. Seu desaparecimento, ocorrido no final do recesso deste Parlamento, causou profunda consternação em vários setores da vida paranaense, porquanto Milton Camargo Amorim soube ao longo da sua existência cultivar a amizade de todos quantos conviviam com ele. Deixou uma imagem de homem íntegro, dedicado e trabalhador. Por todas estas qualidades, pelo muito que fez nas suas atividades e na intimidade de sua família, nada mais justo do que o Poder Legislativo do Paraná prestar esta homenagem póstuma a Milton Camargo Amorim”.

Ontem, foi realizada missa de sétimo dia de Milton Camargo Amorim, na Igreja de Santa Izabel, na Vila Isabel aqui em Curitiba, e lá, esteve presente um grande público para prestar as derradeiras homenagens a Milton Camargo Amorim.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos registrar o clima de apreensão, do amedrontamento que vivem hoje os moradores do Jardim Paranaense, aqui em Curitiba. Ainda esta manhã, fomos procurados por uma comissão de moradores daquele arrabalde curitibano, comissão que veio nos relatar as coisas horríveis e bárbaras que lá estão acontecendo. E o clamor, é para que seja montado o quanto antes possível, um sistema de policiamento preventivo. E, então, neste momento, estamos apelando ao Sr. Secretário de Segurança, ao Comandante da Polícia Militar, ao Diretor da Polícia Civil, para que observem e realizem estudos para montagem de um sistema que venha dar guarda, proteção, aos moradores do Jardim Paranaense que, realmente, estão aflitos.

Aliás, em tempos passados já apresentamos aqui um requerimento, solicitando a implantação de um módulo de socorro familiar naquele bairro, bem como, a elaboração de estudos para a implantação de uma Delegacia de Polícia no Jardim Paranaense, que hoje é um bairro com quase 100 mil habitantes, tendo em seu bojo, vários conjuntos residenciais da COHAB-Curitiba.

Esperamos, realmente, que a Secretaria de Segurança verifique a situação da população do Jardim Paranaense e, determine as medidas cabíveis para que sejam coibidos os abusos que lá estão acontecendo.

Era isso. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falávamos ontem sobre determinadas inadvertências acometidas ou cometidas pelo projeto do Poder Executivo, com relação ao abono a ser concedido aos funcionários públicos. Quero apresentar, Sr. Presidente, três dessas emendas das quais

falávamos, buscando e visando o aperfeiçoamento do projeto.

E, quero alertar aos eminentes Pares desta Casa, das diversas bancadas, para as irregularidades existentes nesse projeto. E pediria mesmo que, ao serem apreciados na Comissão de Constituição e Justiça, que, temos quase certamente, será relatado por alguém do Partido do Governo, como tem acontecido no longo desses anos.

E nós, da Oposição, fazemos este chamamento, este apelo e pedir também atenção dos eminentes Srs. Deputados para a objetividade dessas três emendas; uma delas é com relação à supressão do artigo 4.º e o § único do artigo 6.º, exatamente porque distorce o verdadeiro sentido social e o alcance de reparo da remuneração mensal do servidor público, principalmente dos pequenos, como abordávamos ontem, aqui desta tribuna.

A outra emenda é a supressão do § 4.º, do artigo 1.º, acrescentando-se um artigo com relação ao abono dos professores.

O magistério, dizíamos ontem, está assoberbado, apenas de encargos, e nesta mudança, ou nesta discussão legislativa, de concessão do abono, o professor toma, mais uma vez, a carga e a desatenção do Governo; uma terceira emenda, se relaciona com um dos parágrafos do artigo 1.º, e que diz: "Pretende a emenda: "Aos funcionários do Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas, o abono será calculado sobre a soma dos vencimentos básicos do cargo, acrescido do percentual das vantagens previstas no art. 175/77 do Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado do Paraná".

Como se nota, Sr. Presidente, para encerrar, os funcionários desta Assembléia, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça, e também os professores, têm um tratamento discriminatório, desfavorável, absolutamente inaceitável, conseqüentemente, o Poder Legislativo busca, mais uma vez, satisfazer o interesse mais próximo daqueles vinculados ao Poder Executivo.

E, por esta razão, faço este apelo aos Deputados e encaminhando à Mesa estas três Emendas, visando o aperfeiçoamento do abono.

Muito obrigado.

Emendas apresentadas pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, no seguinte teor:

"EMENDA N.º 01

Suprimam-se os textos do artigo 4.º e seu parágrafo único e do parágrafo único do artigo 6.º.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Se o abono de que trata esta lei for convertido em vencimento ou soldo, por força do aumento do reajuste do salário-mínimo previsto para 1.º de novembro próximo, os funcionários mais humildes estarão DEVOLVENDO O ABONO recebido em 1.º de outubro.

ABONO, para quem não sabe, significa "auxílio monetário", "quantia paga antecipadamente por conta de vencimentos" (Dicionário Aurélio, Edição de 1975).

No presente momento, os níveis iniciais de carreira do Poder Executivo (Padrão A, Referência I a VI) e do Poder Judiciário (níveis 1 a 14), estão encavalados no valor do salário-mínimo regional, ou seja, Cr\$ 8.464,80.

O valor do abono, para esses servidores, será de apenas Cr\$ 3.639,00 (três mil, seiscentos e trinta e nove cruzeiros), enquanto que os demais servidores poderá atingir um teto de Cr\$ 27.639,00 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e nove cruzeiros).

Poderá haver maior injustiça de ordem social do que a incorporação do abono aos vencimentos que serão reajustados em 1.º de novembro, por força do Art. 78 da Constituição?

Isto significa que os servidores que percebem apenas o

salário-mínimo, inclusive aqueles que têm seus vencimentos achatados, dentro de 30 dias, serão obrigados a RENUNCIAR desse mísero benefício!

A supressão do Art. 4.º e seu parágrafo e do parágrafo único do Art. 6.º torna-se, portanto, num imperativo de justiça, ao qual esta Casa não pode se furtar, pois, aqui devem tomar assento apenas os verdadeiros representantes do povo!

Dáí, encerramos esta justificativa com as próprias palavras do Governo Ney Braga contidas nesta Mensagem: "EIS PORQUE O ABONO PRESENTE DEVE SER ESTUDADO COM A PREOCUPAÇÃO SOCIAL DA QUAL NÃO DEVEMOS FUGIR!!!"

EMENDA

Acrescente-se mais um parágrafo ao Art. 1.º, com a seguinte redação:

"§ 5.º — Aos funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, o abono será calculado sobre a soma do vencimento básico do cargo acrescido do percentual das vantagens previstas nos artigos 175 ou 177, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que o funcionário percebeu no mês de julho de 1981".

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

1 — O § 3.º do Art. 1.º prevê que o abono deve ser pago sobre a soma do vencimento básico do cargo do pessoal do C.R.E., acrescido da vantagem prevista no inciso III, do Art. 89, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

2 — Os servidores regidos pela Lei n.º 7.074/79, que o Tribunal de Contas entende terem os seus vencimentos com a gratificação por serviços extraordinários incorporado, receberão o abono sobre essa vantagem.

3 — Os engenheiros, regidos pela Lei n.º 7.133/79, igualmente, terá a incidência do abono sobre a mesma vantagem já incorporada aos seus vencimentos.

4 — Os Delegados de Polícia, que tiveram a gratificação de tempo integral incorporada aos vencimentos, terão o abono calculado sobre essa vantagem.

5 — Os funcionários do Poder Executivo enquadrados no regime de 40 horas, por estarem prestando serviços extraordinários ou em regime de tempo integral em julho de 1979, terão o abono calculado sobre essas vantagens.

6 — Por que, então, não aplicarmos essa mesma regra para os servidores do Poder Legislativo e Judiciário, bem como ao Tribunal de Contas?

7 — Para evitar dúvidas, serão consideradas apenas as designações procedidas no mês da Mensagem n.º 55/81.

EMENDA

Suprima-se o § 4.º do Art. 1.º, acrescentando-se, onde couber, novo artigo, com a seguinte redação:

"Art. — Ao ocupante do cargo de Professor do Quadro Próprio do Magistério, o valor do abono não poderá ser inferior a Cr\$ 5.352,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros).

§ 1.º — O abono de que trata este artigo, será devido a partir de 1.º de maio de 1981, até o limite de Cr\$ 16.930,00 (dezesesseis mil, novecentos e trinta cruzeiros) na somatória com o vencimento básico do cargo de Professor.

§ 2.º — Cada vez que ocorrer modificação no valor do salário-mínimo regional fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações necessárias na Tabela VI, do Anexo I, da Lei n.º 7.398, de 25 de novembro de 1980, no sentido de manter a proporcionalidade dos vencimentos ali fixados, com o piso de 02 (duas) vezes o valor do salário-mínimo regional, correspondente ao vencimento do nível 1, do Magistério."

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1981.

## a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

Os Professores do Paraná têm em mãos, ofício da lavra do Excelentíssimo Governador do Estado, datado do final do ano de 1980, pelo qual o Governo do Estado se comprometeu a pagar aos Professores um piso correspondente a 02 (duas) vezes o valor do Salário-Mínimo regional.

Por um pequeno lapso, o Governo certamente esqueceu que o salário-mínimo regional foi reajustado em MAIO deste ano para Cr\$ 8.464,80 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), e, que, conseqüentemente, o vencimento básico do nível 1 deveria ser reajustado para Cr\$ 16.930,00 (dezesseis mil, novecentos e trinta cruzeiros) a partir daquela data.

Curiosamente (?), somando-se duas vezes o valor do salário-mínimo anterior a 1.º de maio de 1981 (Cr\$ 11.578,00) a Cr\$ 5.352,00, valor do abono proposto a partir de 1.º de outubro, teremos Cr\$ 16.930,00.

Todavia, fazemos 03 (três) pequenos reparos:

1 — Cr\$ 16.930,00 correspondente a 02 (duas) vezes o valor do salário-mínimo vigente desde 1.º de maio de 1981, data em que o valor do nível 1 do Magistério deve ser reajustado.

O abono teria que incidir sobre esse valor.

2 — Em 1.º de novembro virá novo reajuste para o salário-mínimo, e, conseqüentemente, o “piso” de Cr\$ 16.930,00 garantido em 1.º de outubro pelo artifício do abono já estará superado.

3 — Abono não é VENCIMENTO.

Assim, além do reajuste de vencimentos proporcionais ao piso acima, a partir de 1.º de maio de 1981, o Magistério deveria receber mais os 43% e 30% do abno de que trata esta Lei.

Na busca da verdade e do cumprimento das obrigações formalmente assumidas pelo Governo do Estado, estamos propondo a presente emenda limitada apenas aos presentes termos, dada as limitações constitucionais que não nos permitem ampliá-la até os valores mais dignos e justos que o Magistério de nosso Estado reivindica.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Apenas para tecer algumas considerações sobre o requerimento que estamos enviando à Mesa, que diz respeito à nossa pretensão junto ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, no qual pedimos a criação de dois mini-postos, um na Ilha do Mel, e outro em Pontal do Sul, ambos no Município de Paranaguá, em função da situação carente com que vivem os moradores daquelas duas ilhas, atravessando momentos difíceis. E, quando necessitam de recursos, de atendimento no posto de saúde de Paranaguá, torna-se difícil a vinda delas a Paranaguá, onerosa, sobretudo.

Por esta razão, é que estamos viabilizando a criação desses dois mini-postos. E entendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves, irá analisar com objetividade o nosso requerimento, irá conservar-se da importância da nossa pretensão.

Mais do que isso, irá fazer com que converta-se em realidade, a nossa pretensão, uma vez que tanto Pontal do Sul, quanto a Ilha do Mel, se ressentem desses dois mini-postos. Efetivamente, Pontal do Sul, hoje, com uma estrutura montada na Ponta do Poço, onde se fabricam plataformas marítimas e onde existe uma flutuante de 4 mil pessoas em sua totalidade, quase que todos, trabalhadores, a criação destes mini-postos é de fundamental importância. Ilha do Mel, pela dificuldade dos seus moradores virem à Paranaguá, não menos importante seria a criação de um mini-posto nessa ilha.

Em razão disso, nós encarecemos aos Srs. Deputados, a importância deste nosso requerimento, solicitando a aprovação para o mesmo, na certeza de que, o Sr. Secretário de Saúde, venha atender a nossa reivindicação, levando a Paranaguá, esses dois benefícios de magna importância.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Companheiros.

Gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa, um posicionamento do ANAI-Curitiba, e também do Comitê Pró-Mangueirinha. É com respeito à luta pela terra, um fato que vem sendo explorado de maneira até lastimável, envolvendo o nome do Governo do Estado do Paraná.

Lá em Salvador na Bahia, tivemos recentemente um encontro, uma reunião nacional, e o objetivo foi mostrar à Sociedade brasileira, o problema do patrimônio indígena.

E o caso paranaense, o caso especificamente, de Mangueirinha, foi ali denominado como um caso específico de esbulho do patrimônio indígena e com a convivência oficial, isso o que é mais lastimável ainda. Por isso, nós lamentamos esses depoimentos, envolvendo o nome do Estado do Paraná, e com a exploração das terras, situação essa que vêm sofrendo os índios Caingang e Guarani, nós então registramos aqui, uma nota oficial, é um depoimento da luta do povo Caingang e Guarani, que é uma luta de todos nós.

Por isso, gostaria então de registrar apenas esse manifesto, esse documento, na sua leitura integral, neste Expediente.

(Lê): “Em Mangueirinha, no Sudoeste paranaense, os índios CAINGANG e GUARANI lutam há décadas para reaver 8.976 ha de suas terras tradicionais expropriados de forma inconstitucional no ano de 1949. Constitue esta área a maior reserva contínua de pinheiros araucária, com mais de 120 mil pés que, juntamente com o grande número de imbuúas e outras árvores nobres, representa um patrimônio ecológico de valor incalculável.

A área roubada aos índios pertencia-lhes por direito histórico, pois constituía parte da Área Cultural Tietê-Uruguaí, habitat imemorial do grupo CAINGANG. Não obstante, a reserva territorial indígena de Mangueirinha foi adquirida como pagamento de serviços prestados pelos índios ao Governo Imperial, através da Colônia Militar do Chopin, no final do século XIX. No mesmo século, baseando-se no argumento de que a população regional (cerca de 50% indígena) era eminentemente brasileira, o Governo Republicano vence a célebre Questão das Missões (1889), que garantiu ao Brasil o território entre os rios Chopin e Chapecó, cuja posse era contestada pelo Governo argentino.

Com o passar dos anos as terras indígenas foram sendo sistematicamente invadidas por fazendeiros, madeireiros e frentes colonizadoras. No início do século, atendendo à necessidade de regularização de terras, o Governo Estadual reconhece através do Decreto n.º 64, de 02/03/1903, uma área de 17.780 ha como propriedade Caingang — este espaço físico já apresentava-se bastante reduzido em relação àquele obtido pelos índios, quando estavam sob jurisdição da Colônia Militar do Chopin.

Em 12/05/1949 foi celebrado um acordo entre o Ministério da Agricultura e o Governo Estadual de Moisés Lupion, mediante o qual foram usurpados 90 mil alqueires em seis áreas indígenas do Estado, reservando aos índios apenas um terço das suas terras. Em seguida ao acordo, as terras expropriadas passaram à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração cujo objetivo, ao administrar as terras alienadas, era o de colonizar e fixar imigrantes.

Na reserva indígena de Mangueirinha, os Caingangs foram

privados da Gleba B da Colônia K de Chopinzinho, ou seja, 8.976 ha., sendo a parte mais valiosa da reserva reconhecida pelo Governo do Estado em 1903. Com a subdivisão, restou aos índios um total de 7.500 ha., distribuídos em duas glebas: a Gleba A, com 3.300 ha. reservada ao grupo Guarani e a Gleba C, com 4.100 ha. como propriedade da tribo Caigangue. A Gleba B, ilegalmente subtraída aos índios, foi de maneira fraudulenta comprada, em 1961, pelo Grupo Econômico Forte Khury, representado pelo seu testa de ferro Ayrton Costa Loyola (então advogado da Assembléia Legislativa do Paraná). Encontrava-se na ocasião na Presidência da malsinada Fundação Paranaense de Colonização e Imigração Libino dos Santos Pacheco de estreitas ligações com o ex-governador Moysés Lupion.

Diante disso, sensibilizados com a luta dos CAIGANGUES GUARANIS, diversas entidades reunidas por ocasião da XXXIII reunião nacional da SBPC, lançaram na Cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, no dia 13 de julho de 1981, o COMITÊ NACIONAL PRÓ-MANGUEIRINHA INDÍGENA, cujo objetivo é mostrar à sociedade brasileira um caso específico de esbulho do patrimônio indígena, com a conivência oficial, e apresentar às autoridades as razões da legítima reivindicação dos CAIGANGUES e GUARANIS, pela qual não medem esforços, mesmo que isto lhes custe a própria vida. A importância da solidariedade aos índios de parte de diversos setores da sociedade envolvente é uma necessidade urgente, pois está prevista para o mês de agosto deste ano a decisão do Tribunal Federal de Recursos sobre as terras em litígio da Comunidade indígena de Manguairinha.

Participar efetivamente do apoio aos índios de Manguairinha equivale a implementar a luta por princípios democráticos em nosso País, pois as comunidades tribais, embora historicamente privadas dos seus mais dignos direitos à terra, a livre organização, etc., constituem hoje um segmento da população nacional marginalizada e explorada, sem participação nos destinos da nação. Lutar por Manguairinha significa dizer ao latifúndio que se expande sobre o território nacional. Manguairinha simboliza a resistência indígena brasileira que, em toda extensão do País, levanta-se reivindicando o seu direito à terra, autodeterminação, e o respeito à cultura.

#### A LUTA DO POVO CAIGANGUE E GUARANI É UMA LUTA DE TODOS NÓS

“ANAI – Ctba, e COMITÊ PRÓ-MANGUEIRINHA

#### IMPORTANTE:

O apoio aos índios de Manguairinha concretamente pode ser feito através da divulgação desta nota à imprensa local, à entidades e pessoas interessadas. Além disso, para os índios, possui grande importância manifestações públicas de apoio ou então, um tipo de solidariedade que pode ser feita por forma de Moções de Apoio. Estas moções deverão ser enviadas ao seguinte endereço:

COMITÊ PRÓ-MANGUEIRINHA  
Rua Bom Jesus, 159  
80.000 - CURITIBA – PR.

“Pode morrer um Caigangue, mas haverá  
outros para lutar por nossos direitos”  
(Ângelo Cretã).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, ausente.

Encerrado o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna do Parlamento paranaense, nesta oportunidade.

Inicialmente, queremos registrar os nossos cumprimentos e os nossos aplausos aos Senhores Parlamentares que por esta tribuna passaram, condenando a intenção de Ministros da área econômica e do setor previdenciário em nosso País, que estão aí, por anunciar, um “pacotão de desgraças” para a população brasileira.

Delfim Neto vem desplanejando há muito tempo em nossa pátria.

Vimos o Ministro da Previdência Social registrar a instituição previdenciária em nosso País, aproximada da concorrente e da falência.

Desde a fundação do Instituto Previdenciário na Pátria brasileira, tem a Nação, têm os dirigentes deste País deixado de cumprir com as exigências que impõem aos empresários, aos empregadores e aos empregados brasileiros.

A situação realmente é crítica e de crise na Nação brasileira.

E nós entendemos que se a classe política, independentemente de facção partidária, não se erguer em defesa do povo e da Pátria, realmente alguns poucos Ministros poderão estar por decidir um destino catastrófico para a Nação brasileira.

As filas continuam a existir e a imperar nos setores previdenciários em nosso País; o doente permanece ainda sem o hospital. Muitos não têm o acesso até mesmo para o atendimento de emergência.

E em função da situação grave porque passa o setor previdenciário em nosso País, cheio de siglas e divisões, nós estamos a ver registrar-se incoerências em função de legislações superadas, ainda vigorando nesta Pátria, onde um Ministro tanto tem trabalhado para desburocratizar o País.

Quando se anuncia a ameaça de falência da previdência social, do Instituto de Previdência Social em nosso País, nós vemos, em plena vigência, ainda, uma portaria normativa do DASP, que implica e impõe às comissões julgadoras de concorrências elaboradas por órgãos públicos, que não seja considerado preço mínimo, o que permite a abertura e a criação de dúvidas, com relação às decisões apresentadas em processos de concorrências públicas, nos mais variados setores.

E nós entendíamos estar com um desses casos em nossas mãos. Buscamos contatar e contatamos, para esclarecer as dúvidas existentes em função do quadro a nós apresentado, de uma empresa do setor de limpeza e conservação da Cidade de Curitiba, que teria, apesar de, oferecendo o melhor preço, perdido estranhamente a concorrência pública realizada pelo INAMPS, três concorrências realizadas pelo INAMPS aqui na Capital do Estado.

Mas, a lei aí está, apesar de ter sido implantada em 1977, a impor até neste momento de crise, que as comissões não se permitam ao direito e ao cumprimento do dever, de em analisando porque se atravessa a previdência social no País, colocar o serviço, o trabalho, e dar o ganho da concorrência à empresa que melhor serviço oferecer.

Não me entristeceu. Poderá estar aqui a buscar e a provocar um escândalo nacional, se caracterizada estivesse a má fé desta comissão julgadora dos funcionários do setor que foi responsável pelo trabalho e pela elaboração desta concorrência pública na Capital do Estado.

Então, estimamos, que na área federal, os Srs. Ministros despertem também para essas legislações, para essas instruções normativas de concorrência pública, para evitar-se que até mesmo injustiças pudessem ser cometidas. Esperávamos, como já disse, aqui, apresentar uma denúncia gravíssima, que diante



da Legislação vigente no País, perde o seu valor e o seu efeito.

Eu estimo, Sr. Presidente, que os Srs. Ministros encontrem os caminhos para dar ao povo brasileiro, o que ao povo é devido de há muito tempo. Nós conhecemos parcialmente a história da vida e da existência dos institutos previdenciários da Nação brasileira, sabemos que desde a sua fundação, muito especialmente o Governo brasileiro tem deixado de efetuar os recolhimentos que exigem das empresas, e até mesmo dos trabalhadores brasileiros como já fizemos ver.

E continuamos a assistir no interior e na Capital do Estado, este problema se agravando. Se implantado esta pretensão anunciada, da elevação da taxa de contribuição de oito para dez por cento, tanto para o empregador quanto para o empregado, estaremos, sem dúvida, induzindo o empresário, o comerciante, o empregador de um modo geral, o industrial, a reduzir ainda mais, o seu quadro de empregados, de funcionários, agravando assim, no campo social, o retrato negro já vigente na Pátria brasileira.

Outra medida, pretendida e anunciada, a da aposentadoria, tão somente aos sessenta anos. Outros governantes já se utilizaram desses processos em momentos difíceis, atravessados pela Nação brasileira, mas nós continuamos, a entender que o homem após tantos anos de trabalho, deve realmente obter a sua aposentadoria, tendo ainda alguns anos de vida, para dela desfrutar. Aposentado tão somente aos sessenta anos, quando a média de vida do povo brasileiro, ultrapassa em muito pouco, esta faixa etária. Anunciou-se o cai-cai dos ministros, muito especialmente, Delfim Neto, o Ministro desplanejador e do Ministro da Previdência Social, hoje a imprensa anuncia, um desmentido, e nós estaremos aí, pelo menos por mais algum tempo a absorver os desgovernos e os desplanejamentos muito especialmente, do Ministro Delfim Neto.

Nós queríamos ainda, nesta oportunidade, trazer à tribuna agora, um problema de interesse, muito especialmente da Região Norte do Estado do Paraná, porque não dizemos de todo nosso Estado e até mesmo da Pátria brasileira. Mas, vinculado de perto, à nossa terra roxa e sagrada do Norte do Estado — o problema da cafeicultura, que aí está hoje, com a geada inesperada perto do seu extermínio.

Em 1977, neste mesmo Parlamento, nós apresentamos um trabalho, um pronunciamento que foi denominado em defesa da cafeicultura que, se prestaria bem, para propor as soluções ainda necessárias para resolver o problema da cafeicultura na atualidade brasileira.

Realmente, estamos presenciando já, a erradicação dos cafeeiros no Norte do Paraná. Sabemos que, milhares e milhares de trabalhadores rurais e camponeses, serão transformados em bóias-frias lançados às estradas do nosso Estado, e virão formar o grande cordão da miséria na Capital e nas principais cidades do nosso Estado. Em 1964, nós tínhamos um estoque de aproximadamente 54 milhões e 800 mil sacas de café armazenadas no Instituto Brasileiro do Café.

Em 1968, atingimos 60 milhões de sacas estocadas nos armazéns do IBC. Anunciou-se o “milagre” do atual Ministro do Planejamento Delfim Neto, denominado “milagre brasileiro”, que até agora, a Nação aguarda e espera. Este milagre não veio. E, nós estamos pressentindo, que estão conduzindo a política agrícola no setor cafeeiro em nosso País, para o extermínio da cafeicultura nos Estados do Sul do País. Estados que produzem a preço de custo de preço mais baixo da Nação brasileira, e, pobre desta Pátria se vier a depender tão somente da produção do café dos Estados e das regiões compostas por solos que exigem uma adubação, não recomendável em função do baixo preço do café em nosso País. Pobre Nação brasileira, se exterminado for o café — no Paraná, São Paulo e parte de Minas Gerais, permanecendo esta Pátria então dependente tão somente da produção do Espírito Santo, da Bahia e parte do Estado de Mato Grosso e outros Estados e territórios, com

campos e cerrados que muito pouco têm a oferecer ao café, que acaba por em produzindo pouco, tendo um custo elevado, se transformar realmente em uma agricultura impraticável.

Nós entendemos que, se confirmada esta intenção que se pressente no ar, numa Nação que sempre dependeu economicamente do café, até mesmo o Palácio Iguaçu, o Palácio do Governo foi aqui edificado às custas do café, nos bons tempos, que infelizmente está demorando a voltar a imperar para a cafeicultura e para os cafeicultores, assim como para os Estados produtores do café, em nosso País.

Não tem segredo nenhum na história.

A verdade é que se temos contratos assumidos no interior, e se o Governo brasileiro não despertar para o cumprimento desses contratos, uma Nação que terá sua safra dos dois próximos anos comprometida, colhendo tão somente o suficiente para o consumo interno, e o insuficiente, até mesmo para a demanda contratada no exterior, nós perderemos o resto do mercado estrangeiro para o café brasileiro, e estaremos realmente enterrando a cafeicultura, e enterrando definitivamente em toda a nossa Pátria.

Se atravessamos momentos difíceis é aí que o bom administrador deve mostrar a sua competência, buscando nos setores administrativos as soluções para esses problemas, reestudando as prioridades, reanalisando a situação nacional, paralisando, se necessário for, programas, muito especialmente no setor para instalação de usinas nucleares, no nosso entendimento, dispensáveis na atualidade brasileira, para fazer um investimento e a aplicação neste setor que é gerador de riquezas para a Pátria brasileira.

E o Governo brasileiro pode muito bem e perfeitamente, estabelecer um preço suporte de treze mil cruzeiros por saca de café, e estará fazendo um grande negócio, bancando a compra em nosso País, a treze mil cruzeiros na atualidade brasileira, porque não conseguirá nunca, talvez nunca mais, repor estoques, na ordem de 60 milhões de sacas de café, como já tivemos em nosso País.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — Eu só vou me permitir, solicitando o entendimento do companheiro, para, pela vez, ceder o aparte ao eminente Deputado que, por primeiro, o havia solicitado, se não fugiu a oportunidade.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Del Ciel, ouço com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência. E eu gostaria de me ater apenas à primeira parte dele, quando Vossa Excelência tratou da previdência social, deixando a segunda parte, que, tenho certeza, falará o nobre Deputado Pinto Dias, emérito conhecedor do problema cafeeiro do Paraná, que irá dialogar com Vossa Excelência.

Mas, eu dizia que ouço com atenção, como tenho ouvido com atenção pronunciamentos efetuados anteontem e ontem, nesta Casa, pelo Partido de Vossa Excelência, o PDS, que, com muita justeza e com veemência, até tem criticado o Governo Central e, especificamente o Ministro Delfim Neto, e o Ministro Jair Soares, pela pretendida disposição de aumento da alíquota de oito para dez por cento, tanto para empregados como empregadores, para fazer face ao rombo em mais de cento e trinta e oito bilhões de cruzeiros, que é o rombo da Previdência Social.

Eu dizia que até com surpresa, eu vejo esta veemência, porque se fosse de hoje que o PMDB ou ontem MDB e PMDB de hoje, não viesse criticando a má condução da política econômica do Governo, e especialmente, na pessoa do Sr. Delfim Neto, que tem conduzido esta Nação para o abismo, para o caos econômico, seria surpresa até, porque o que eu senti nesses pronunciamentos todos, foi a disposição velada de Vossas Excelências, de tão somente criticar o governo central, deixando o Estado do Paraná de lado, como se aqui fosse um mar

de tranquilidade nessa sossobrança crise em que vive a Nação brasileira.

Porque, se voltarmos um pouco no tempo e nos reportarmos a 1978, quando todo o esquema do INAMPS neste Estado, que tinha à testa, o Sr. Reinhold Stephanes, saiu por aí neste Estado inteiro, credenciando médicos e hospitais a torto e a direito, abrindo um caminho para a corrupção, para se eleger Deputado Federal, como Deputado eleito foi por mais de oitenta mil votos.

Não podemos desassociar isso, eminente Deputado Del Ciel, porque o Paraná também é conivente, e está inserido neste rombo, neste buraco aberto nas finanças da Previdência Social, que tem no governo central o seu maior devedor. E agora, quer dar o calote na Previdência e quer sugar do povo brasileiro, sugar do trabalhador brasileiro mais de vinte por cento das suas contribuições.

Não podemos desassociar o Paraná, não podemos salvar a pele dos homens que dão sustentáculo ao Poder Central, instalado em 64 neste País. Está aí, eminentes Deputados, os gastos que são efetuados, os gastos que são efetuados com o trato da saúde, dos previdenciários, que sem dúvida alguma, Deputado, instalou-se neste País, com esse sistema imposto pelo Sr. Jair Soares, um verdadeiro caminho para a corrupção, onde verdadeiras quadrilhas médicas, arrasaram as finanças do INAMPS.

Só dois dados para que Vossa Excelência sinta exatamente, como é uma quadrilha que está instalada neste País.

De cada cem consultas, pelo INAMPS, existem 89 exames complementares, conquanto que a norma da Organização Mundial de Saúde, onde o Brasil é signatário e obedece essas normas, a norma é de cada 100 consultas apenas 25 exames complementares.

Eletroencefalogramas, eminente Deputado, existe um eletroencefalograma para cada 1.500 consultas, efetuadas nos hospitais do INAMPS. Existe um eletroencefalograma para cada 107 consultas feitas nos hospitais conveniados com o INAMPS.

Então veja Vossa Excelência, de que o caminho foi aberto, de que o Paraná também é conivente e é responsável pelo rombo e o Sr. Ney Braga que dá sustentáculo ao partido de Vossa Excelência também é conivente com o rombo que existe na Previdência Social.

Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu. O SR. DEL CIEL — Eu sempre pautei pelo respeito à democracia. Ouvi muito especialmente, o atrevido encerramento do aparte de Vossa Excelência. A carapuça a mim não serve. Vossa Excelência haverá de entender que não é privilégio de sigla partidária, mas sim, obrigação de toda a classe política de anunciar aos dirigentes da Nação, os setores falhos na administração pública. E, este comportamento nós tivemos, desde o início da nossa carreira política em Londrina, onde, mesmo sendo o Sr. Chefe do Executivo municipal no meu, ex-extinto Partido político, quando necessário fui com a mesma veemência à tribuna do parlamento municipal para criticar, o hoje, candidato ao Governo do Estado do Paraná.

Entendo que o Governo não se deve cercar na área federal, estadual e municipal de bajuladores, compondo cordões de "puxas". Nós entendemos isto sim, que é chegado o momento da pátria brasileira, da classe política se fazer respeitar, trazendo à tribuna problemas sérios, que realmente interessam à população, a um povo realmente sofrido, em função da injustiça social implantada nesse País. Não só de 1964 para cá, o problema previdenciário existe desde a fundação do Instituto Previdenciário em nosso País.

Vossa Excelência dizia estar atento ao nosso pronunciamento, o que nos comoveu profundamente. Vossa Excelência deixou, infelizmente, escapar o registro que fizemos da situação previdenciária em nosso País em governos que, muitos deles

merecem o nosso respeito: JK. Getúlio Vargas e tantos outros. E os problemas previdenciários aí estavam, a população brasileira continua crescendo, a situação e as dificuldades continuam aumentando. Em nações que vivem em regimes políticos e sistemas transitórios como o que vivemos na atualidade brasileira, caminhando para a contrariedade até mesmo, de políticos vinculados às mais variadas siglas partidárias, contraria até mesmo a políticos oposicionistas a redemocratização do País.

Eu diria que os autênticos políticos oposicionistas, nunca deixarão de merecer o meu respeito. Agora, os oportunistas que vêm na redemocratização, uma ameaça aos seus próprios mandatos, a esses não, a esses nada mais tenho a oferecer, senão o meu desprezo.

Eu voltarei ao assunto, infelizmente, faltando com o eminente Deputado Pinto Dias, especializado, realmente conhecedor profundo da situação e da problemática cafeeira da Nação brasileira. E sei que receberia um aparte honroso, que poderia até, dar maior sentido ao nosso modesto pronunciamento que não concluímos, mas que damos por iniciado nesta tarde.

Nós, voltaremos em outras oportunidades. E eu encerro Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizendo que estão equivocados aqueles, que pensam que tão somente pertencendo a esse ou aquele partido político, tem o homem público a obrigação de mostrar as falhas, os erros e os caminhos, muito especialmente os caminhos e as soluções para a correção desses problemas que vêm se agravando na Pátria brasileira. Nesta tribuna, quando retornar, nós haveremos de fazê-lo sempre, para trazer problemas e, apresentando muito especialmente, as soluções que a Pátria e o Povo brasileiro estão por aguardar há muito tempo.

Muito obrigado Sr. Presidente e eminentes Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença nesse Plenário do Vereador Jorge Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Consultamos à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará do horário o nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Dizia eu, há minutos atrás, quando apartava o eminente Deputado Del Ciel, da Bancada Situacionista desta Casa que o seu Partido, em todas as críticas veladas que tem feito ao Governo Central, tão somente ao Governo Central, tem poupado, por todas as vezes, as críticas ao Governo do Estado do Paraná, que faz parte, que integra o sistema instalado em 1964.

Dizia eu, também, que o uso da máquina do INAMPS para interesses políticos, para eleger determinados candidatos, foi amplamente usado no Paraná, na eleição de 1978.

Porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizia eu que o uso desta máquina fez com que, neste País, nunca se roubasse tanto, e nunca se fraudasse tanto os recursos recolhidos pelos trabalhadores e pelas empresas que contribuem para a Previdência Social. Porque quantos hospitais foram credenciados na campanha de 1978; quanta ajuda desses hospitais e desses médicos, na campanha, para eleger o Sr. Reinhold Stephanes, Deputado Federal, hoje Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Porque, Sr. Presidente, precisa-se quando se abordar isto, trazer-se fatos concretos.

E aqui, nesta Casa, tramita um requerimento nosso, aonde solicitamos ao coordenador do INAMPS do Paraná, Sr.



Alceny Guerra, que mande proceder diligência no Município de Barbosa Ferraz, no atendimento médico-hospitalar aos trabalhadores rurais daquela comuna. Porque, como esta Casa sabe, o Paraná sabe, e a Nação sabe, os convênios para trato dos trabalhadores rurais são efetuados com os hospitais, sem controle.

Destina-se determinada verba, para o município, para determinado hospital. E lá, aquele de Barbosa Ferraz, recebe uma verba de, aproximadamente, pouco ou mais de 500 mil cruzeiros.

E a forma que se dá de atendimento ao trabalhador rural, o atendimento médico é através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, porque os trabalhadores rurais lá sindicalizados, para lá se dirigem, solicitam uma consulta médica, para serem ou não internados, e usufruir do benefício que lhes é devido por direito.

E lá naquele município, Sr. Presidente, o médico que atende o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao invés de remeter os trabalhadores para serem internados no hospital geral de Barbosa Ferraz, conveniado com o INAMPS e que está recebendo quinhentos e tantos mil cruzeiros por mês, não. O remete para um hospital particular, onde ele é proprietário, e diz que o convênio existente com o sindicato, ele pagará somente cinquenta por cento, tirando o direito e vilipendiando os recursos dos trabalhadores rurais daquele município paranaense, Sr. Presidente.

Este é um fato concreto.

E querer disassociar, então, o roubo existente no INAMPS, no valor de mais de 138 milhões, com o que se passa no Paraná, com o uso da máquina que foi acionada em 1978, e, tenho certeza, será acionada pelo Governo em 1982, para a campanha que se avizinha, quando teremos, então, a eleição pelo voto livre, direto e democrático, se Deus quiser, do Povo, do Paraná, elegendo o seu Governador.

E nós esperamos, Sr. Presidente, que todas estas coisas sejam levadas às comunas paranaenses, que o povo seja esclarecido e passe a entender, que o Paraná não é este mar de tranquilidade que querem dizer os eminentes Srs. Deputados da Bancada Situacionista. É claro, entendemos o posicionamento dos eminentes Srs. Deputados, porque discute-se muito nesta Casa, no circunstancial, mas se esquece efetivamente, de irmos à ferida e de sermos radicais, por que quem é o radical? É aquele que quer combater a raiz, a praga, que acaba com a lavoura. E é isto que o PMDB quer, escarecer ao povo, mostrando efetivamente, onde está o câncer que liquida com a Nação brasileira, que tem o sustentáculo no Partido situacionista, com assento também nesta Casa.

Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Del Ciel — Eminentíssimo Deputado, que ocupa a tribuna, eu estranho uma certa incoerência no pronunciamento de Vossa Excelência, quando condena o sistema previdenciário, pela contratação de instituições hospitalares, e até mesmo, de profissionais liberais do setor, médicos atendentes e enfermeiras ampliando o quadro, como pretende Vossa Excelência.

Porque se na tribuna nós denunciávamos justamente as filas e às vezes, registro de ocorrência de mortes nas portas das instituições hospitalares, Vossa Excelência vem condenar o Governo por ter contratado hospitais, vem agredir a classe médica, brasileira, colocando-a sem exceção, sem abrir o parêntesis necessário, denominando a todos de corruptos, de coniventes, que são uma quadrilha organizada...

O SR. DARCY DEITOS — É no seu entendimento.

O Sr. Del Ciel — E pretendia Vossa Excelência que eu estadualizasse o problema quando o problema social é de ordem nacional, como é que vou estadualizar a situação da cafeicultura, um problema de ordem nacional, sem fazer justiça ao Governador do Estado do Paraná, que saiu da minha cidade, de Londrina, comandando os cafeicultores do Norte do Paraná, indo à

Brasília, defender a cafeicultura, enquanto muitos outros nem em nosso Estado, e talvez nem na pátria brasileira, tidos como defensores da cafeicultura, aqui não se encontravam. E as suas vozes não foram erguidas. Tão somente por isto, que problemas de ordem nacional, nós estamos colocando na ordem nacional, esse Governo vive problemas dramáticos, e se avançarmos para a análise da situação mundial, nós vamos encontrar países dos mais variados sistemas políticos, com suas situações comprometedoras, com os trabalhadores, sem trabalho, sem emprego, como na pátria brasileira, países tidos como avançados. Até politicamente avançados que atendem a sistemas e a regimes defendidos por muitos políticos em nosso País. Eu até pela minha formação democrática entendo que se deva permitir o surgimento de todos os partidos políticos, para que cada um ocupe o seu lugar realmente.

E tão somente encerro eminente Deputado, agradecendo o aparte que me permitiu, reafirmando que não estadualizei o problema e a situação previdenciária e da cafeicultura, por estar tratando justamente de uma situação nacional.

E realmente todo o povo brasileiro, está aguardando não é só do ano passado para cá, ou dos dez últimos anos não, de há muitos e muitos anos, aguardando as soluções que a classe política tem que encontrar e implantar na Nação brasileira. É uma obrigação de todos nós. E nós estimamos que possamos contribuir, estejamos onde estiver, mesmo que modestamente, para apresentar como sempre, buscamos fazer, durante toda a nossa existência e a nossa vida política, oferecendo assim a nossa contribuição, com amostragem de alguns caminhos, que solucionem esses problemas que estão aí registrados em toda Nação brasileira e que ninguém pode contestar. Então, nós aqui em defesa da grande maioria dos médicos brasileiros que devem ser contratados em números suficientes, para o trabalhador brasileiro desassistido do campo e da cidade, prestar assistência médica, que deve o setor previdenciário encontrar uma injeção de recursos do Governo que vive, realmente, uma situação crítica com que se depara a maioria dos países deste grande universo.

Então, eminente Deputado, quando o problema for de ordem estadual, nós estaremos naquela tribuna ou nesta tribuna onde está Vossa Excelência estadualizando o problema. Mas, os dois, hoje por nós trazidos a esta Casa, cumprimentando aos parlamentares que me antecederam abordando a situação previdenciária em nosso País, aos quais cumprimentei sem nenhuma distinção de facção partidária. Nós, trouxemos problemas de ordem nacional.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Deputado Antônio Del Ciel, absolutamente, o que Vossa Excelência disse, de que houve incoerência de nossa parte, absolutamente. Porque, veja Vossa Excelência, cada um tem um entendimento sobre o assunto. O nosso entendimento é de que, muita corrupção foi criada pela forma de credenciamentos de atendimento médico. No entendimento e na forma como Vossa Excelência, disse com referência a isso, eu entendi que para Vossa Excelência o doente no Brasil, através do INAMPS, nada mais é considerado como um cheque ao portador à classe médica.

Nós entendemos, de que deve se dar condições efetivas para o povo se alimentar, e não paleativos de assistência médica. Não se deve também, eminente Deputado Del Ciel, não se deve gastar como foi gasto o ano passado, segundo dados oficiais, quase 57 bilhões de cruzeiros para atender crianças desnutridas. Conquanto que estudos do próprio Governo, dizem de que para alimentar esses seis milhões de crianças que foram internadas com desnutrição, se gastaria pouco mais da metade ou perto de 30 bilhões de cruzeiros.

É isto que nós entendemos e é este o Governo que nós criticamos. Não estamos aqui para defender classe médica tão somente, estamos aqui para defender o povo, eminente Depu-

tado também.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que lhe resta um minuto.

O SR. DARCY DEITOS — Divido os 30 segundos com o eminente Deputado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Só para fazer bem clara a minha posição, pela infelicidade que Vossa Excelência teve no seu pronunciamento, quando quis conduzir um problema sério nacional, usando e até abusando do nome do nosso Secretário da Agricultura quando diretor do INAMPS. Eu não vejo outra maneira de propiciar o atendimento médico, senão, credenciando hospitais e médicos. Somente uma teoria nova, naturalmente trazida, com uma contribuição através de Vossa Excelência, contratando-se talvez açougues ou açougueiros, no lugar de médicos. Nós não podemos nobre Deputado, se tivéssemos hoje, mais homens do espírito público de Reinhold Stephanes, que contratassem mais hospitais, que contratassem mais médicos, para que pudesse ser oferecido maior atendimento previdenciário ao servidor...

O SR. DARCY DEITOS — Então, Vossa Excelência é favorável à socialização total dessa medicina?

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência disse, que o grande erro e a grande corrupção implantada por Reinhold Stephanes, foi a contratação de hospitais. Então, contratando-se o que para atender este povo? Hospitais e médicos. A onde está a corrupção? Nesta atitude, Vossa Excelência jamais encontrará a corrupção, porque o que fez Reinhold Stephanes, foi contratar médicos e hospitais.

Se Vossa Excelência tem notícia de corrupção, por obséquio, use do cargo que o povo lhe conferiu para denunciar da tribuna e neste Poder, onde estão as corrupções. Nunca, jamais, Vossa Excelência usará e abusará do nome de Reinhold Stephanes.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Eu joguei fatos concretos eminente Deputado, e fatos concretos são incontestáveis. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do seu Horário.

Antes, a Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário do Vereador Jorge Vieira.

Com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Várias vezes já ocupamos esta tribuna para debater o grave problema do TABAGISMO, tendo inclusive apresentado nesta Casa um requerimento convocando cada um dos representantes do Paraná no Congresso Nacional, para que lutassem pela aprovação de um dos muitos projetos que lá tramitam, visando coibir essa vergonhosa e fantasiosa propaganda de cigarros, feita através dos veículos de comunicação.

Aqui mesmo no Paraná até a Secretaria de Saúde acabou se enfeitando para participar de uma campanha, cujos resultados foram apenas e tão somente promocionais e depois a coisa esfriou.

Agora, para surpresa do País inteiro, surgem as notícias de que a Secretaria de Receita Federal estaria pressionando os fabricantes de cigarros para que aumentem a venda de seus produtos, possibilitando dessa forma ao Governo arrecadar mais.

Aliás essa técnica não nos surpreende, uma vez que por determinação da Liderança do Governo na Câmara Federal, um projeto que praticamente havia vingado, foi "fulminado" a última hora, com a incrível explicação de que a eliminação da propaganda de cigarros na televisão, criaria um sério problema financeiro para tais veículos de comunicação.

É triste e chocante que saibamos que o Governo não está

tão preocupado com a saúde do povo, como está com a receita dos tributos sobre o cigarro.

Pretender-se que haja mais propaganda de cigarros nos órgãos de divulgação, especialmente na televisão, é quase que um absurdo. Tal propaganda já é espantosa e os fabricantes de cigarros sem qualquer medo de errar, são hoje os maiores anunciantes da televisão... se perderem, só perdem para o Governo do Paraná, porque este em matéria de gastar em propaganda é o rei do descaramento.

E o importante em tudo isso é que o Governo tem até a meta que pretende alcançar: 225 bilhões com a arrecadação do IPI sobre o fumo, cujo valor representa cerca de doze por cento do total da receita federal.

Pretender-se arrecadar volumosas somas através do incremento cada vez maior do vício, conhecendo os terríveis danos à saúde da população, além de deslavada irresponsabilidade é na verdade um vergonhoso crime contra a Pátria.

Enquanto as Secretarias de Saúde dos Estados gastam polpudas verbas em campanhas de combate ao vício do tabagismo, por outro lado o Governo, admite que se faça exatamente o contrário: que se faça propaganda, para que o povo fume mais, para que haja mais receita em benefício do governo.

Confesso não entender como possam continuar engavetados no Congresso Nacional tantos projetos que buscam disciplinar a propaganda não só do cigarro, mas também das bebidas alcoólicas. Engavetados, mudos, esquecidos.

Registro pois desta tribuna a minha profunda decepção ao perceber que a saúde financeira do País é muito mais importante do que a saúde da família brasileira.

E gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de, ainda, continuar nesta espiral que todo dia faz com que o povo pense mais um pouco nos custos, na inflação, de verificar as notícias que procedem de Brasília, e que nos dão conta: "Novo aumento nos preços da gasolina, óleo diesel e óleo combustível".

Vai a gasolina, ainda nesta quinzena, custar de 80 a 85 cruzeiros o litro, estando a proposta já em exame na Secretaria de Planejamento.

O reajuste é justificado, não pelo aumento do preço do petróleo, uma vez que os preços estão congelados desde maio, pela OPEP. O reajuste é justificado pelas desvalorizações cambiais, e pelas elevações do custo do refino. Confirmado um novo aumento, será ele o quarto aumento somente neste ano. Enquanto nós que pagamos hoje 75 cruzeiros o litro da gasolina, e que deveremos segundo tudo indica, passar a pagar de 80 a 85 nos próximos 15 dias, o Brasil vai continuar exportando gasolina e países vizinhos estarão recebendo o precioso líquido ao custo de 23 cruzeiros o litro.

Tem o aparte o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Embora, não seja o mesmo assunto, Deputado Dácio Leonel, do Partido Popular, se comentou muito sobre a Previdência Social, porém, acho isso até uma forma de se resolver a situação na Previdência Social no Brasil, sem milagres, sem mentira e sem anestesia, se no congelamento dos débitos, e a formação de uma comissão idônea, a nível ministerial para analisar, avaliar e reestudar essa massa falida.

Com relação a um aparte do nobre Deputado Del Ciel, sobre o problema da cafeicultura, onde ele destacava a presença do Governador do Estado, defendendo a cafeicultura a semanas atrás, entendo eu ser um simples posicionamento oportunista, porque para traçarmos um paralelo sobre a cafeicultura do Paraná, é só voltarmos a 1960, quando Ney Braga assumiu o Governo do Paraná, e o Paraná era o maior produtor do país, de café, hoje, é o campeão mundial dos bóias-frias, com quase um milhão de bóias-frias no Paraná, esse é o resultado de 20 anos do Neísmo desbragado no Estado do Paraná.

Então hoje, o Governador se intitula de grande defensor da cafeicultura, coisa que, na verdade, ele não é, ele nunca fez. Nunca se posicionou a favor da cafeicultura, a não ser agora,

com pretensões políticas, porque entendo que Ney Braga já morreu, e está sendo velado em cima do muro há muito tempo, nobre Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado, com referência ao problema da cafeicultura, eu devo confessar que inclusive, nós pudemos abordar em pronunciamento há dois dias atrás, a preocupação pela erradicação. Erradicação, que eu já dizia naquela ocasião, vai representar, na medida em que ela for maior, vai representar indiscutivelmente, a troca dos hoje pobres da agricultura, que vão se transformar nos miseráveis das favelas nos centros urbanos. Nos dias das geadas, eu me encontrava no Norte do Paraná, caminhei, corri, percorri vários municípios sentindo a maior aflição em uns, onde o café foi praticamente, todo ele queimado, encontrando outros, em que a geada atingiu em menor escala, mas pude sentir que tão logo passou aquele clima terrível da geada, e quando decidi o Governador passar a visitar a região, para ver o que aconteceu, Sua Excelência teve um infeliz pronunciamento, quando entrevistado na Região de Apucarana, que não assisti, mas, que pude conhecer através da revolta de alguns cafeicultores com os quais falei e que não se conformaram, em que no momento de tanta angústia, de tanta dor e de tanto sofrimento, pudesse o Governador se preocupar com quantos bilhões o Governo do Estado iria perder na sua receita de 1982.

Achava-se que o problema era imediato, o problema era daquele instante, a solução era encontrar uma fórmula para evitar que possamos ter mais sofrimento, mais desemprego, num País hoje, campeão do desemprego e da recessão. Será que inclusive, a geada vai também provocar a mesma recessão, fazendo com que a gente que trabalha no café hoje, indiscutivelmente, no campo da agricultura, o que mais mão-de-obra dá, então são os aspectos assim, que efetivamente nos posicionam, e fazem com que daqui tomemos posições e que possamos aplaudir todos aqueles que estão trabalhando pela mesma causa que entendemos, seja a causa do Paraná.

Muito obrigado. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que o Seminário Paranaense do Desenvolvimento, que será realizado dia 26 a 28 do corrente mês, prédio deste Poder Legislativo e promovido por esta Casa, tenha a denominação de "Thomas Edison de Andrade Vieira".— À Comissão Executiva, para estudar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:—

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/81, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que acresce inciso que especifica ao Artigo do Regimento Interno. (Comissão de Defesa do Consumidor). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA, com EMENDA por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 33/81,

(Mens. Govern. n.º 37/81), que aprova os termos de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, com os municípios aqui nominados, objetivando a construção e/ou recuperação de instalações sanitárias de abastecimento de água em escolas rurais. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 05/81, (Mens. Govern. n.º 03/81), que aprova o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Esporte e da Cultura e os municípios aqui nominados, conforme as datas especificadas, visando a aplicação de recursos na implantação de Módulos Esportivos nos referidos municípios. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 17/81, (Mens. Govern. n.º 18/81), que aprova o convênio de cooperação SELP n.º 162, celebrado pelo Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, com o Município de Cerro Azul, objetivando a construção e equipamento de um Mini-Posto de Saúde, na localidade de Caragatá, no referido município. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 29/81 (Mens. Govern. n.º 32/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a conjugação de reforços dos Governos da União, do Estado e dos municípios, para execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis. — Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 07/81, (Mens. Govern. n.º 05/81), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Avelino Basseggio. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Camargo Amorim. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Rabello, ocorrido na Cidade de Santa Izabel do Ivaí. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Laércio Aparecido Ribeiro, ocorrido na Cidade de Santa Cruz do Monte Castelo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Cezario, ocorrido na Cidade de Terra Boa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lázaro Sant'Ana, ocorrido em Piçarras, Estado de Santa Catarina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, com o apoio do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Luiz Busato, ocorrido na Cidade de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando seja transferido para o dia 25 de agosto de 1981, às 14:00 horas, ao invés do dia 11, a homenagem ao Almirante Didio Iratim Afonso da Costa, no centenário de seu nascimento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas e Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS.— **Aprovado.**

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) — Requeiro

verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação).

Nenhum Sr. Deputado aprova; 2 Srs. Deputados o rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/81.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 7, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 30, 31, 32, 33 e 34/81.

Levanta-se a sessão.